



Anais da Assembléia

N. 25

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1986

ANO XII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 20.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1986.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Maia Filho e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa,

um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital do Senhor NEI DE ALMEIDA FARIA.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Família enlutada a Rua Saint' Hilare n.657, apartamento 12.

Sala das Sessões, em 10/04/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital do Senhor ERNANI SANTIAGO DE OLIVEIRA FILHO.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Família enlutada, à Rua Waterloo Marchesini n.110.

Sala das Sessões, em 10/04/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital do Senhor ASCARIO MIRÓ FILHO.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Família enlutada, a Rua Dr. Pedrosa n.208.

Sala das Sessões, em 10/04/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos desta sessão, votos de congratulações dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Geraldo Joaquim de Melo por ter assumido recentemente o cargo de Vereador da Municipalidade de Goioerê.

Mesmo diante das características culturais de determinadas sociedades; mesmo existindo situações próprias a nível do comportamento humano; sem nenhuma dúvida, que como forma de regime moderno, o Poder

Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário têm aparecido, na maioria das nações do mundo, como concepção política mais adotada, possuindo, naturalmente formas específicas de atuação.

Não querendo aqui de forma alguma atribuir maior importância a algum dos Poderes (na vez que todos eles devem atuar com independência, embora atuando em sincronia) quero dizer, no entanto, que, principalmente no âmbito do Legislativo é que se verifica o nascedouro das grandes idéias, posições que, ao longo dos tempos, têm sido a linha de conduta da Justiça e do Executivo.

O Brasil é exemplo disto. Vivenciamos momentos decisivos da vida nacional, ante a perspectiva da Assembléia Nacional Constituinte, esperando da mesma o estabelecimento de uma nova ordem jurídica, mas sobretudo social, política e econômica. Assim, caberá, a nível do Parlamento, a tarefa, histórica, aliás.

Mas as verdadeiras idéias por certo que não surgem de uma hora para outra, nem tão pouco distanciadas do seio das comunidades. É justamente nos Municípios, especificamente no Poder Legislativo, que se pode encontrar as legítimas vocações do "parlar". Mais do que isto, é o Vereador, integrante deste Poder, o que mais sente as aspirações, desejos e a capacidade de realização do homem. É o político que mais de perto convive a realidade de sua gente, o mais envolvido nos seus problemas.

É neste espírito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que apresento os votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Geraldo Joaquim de Melo, novo integrante do Poder Legislativo de Peabiru, possuindo ele, a partir de agora, a oportunidade e o desafio de representar condignamente aquela comunidade; seguramente adquirindo lições que só o Parlamento proporciona.

Sala das Sessões, em 10/04/86.

RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação nos Anais da Casa, de votos de congratulações do ESPORTE CLUBE PINHEIROS, pela conquista em data de ontem, do primeiro turno do CAMPEONATO PARANAENSE DE FUTEBOL.

Sala das Sessões, em 10/04/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de aplausos e confiança aos Senhores: Doutores NICOLAU ELIAS ABAGGE e PAULO RICARDO DOS SANTOS, respectivamente,

Curitiba, quinta, em 10.04.86

Presidente e Vice-Presidente do Banco do Estado do Paraná, pela adoção de medidas recomendáveis por parte daquele Estabelecimento de Crédito, visando o ajustamento e a racionalização de despesas, que possibilitem a manutenção do atual quadro de funcionários do conglomerado BANESTADO. Medidas simpáticas e objetivas como estas, adotadas pelo nosso Banco do Estado do Paraná, deveriam ser seguidas como exemplo por outras organizações, para evitar desemprego e inquietação à classe empregatícia e, conseqüentemente a todos os segmentos da sociedade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos nominados bem como ao Senhor LUIZ CARLOS SALDANHA, Presidente do Sindicato dos Bancários para que este dê conhecimento a todos os seus associados.

Sala das Sessões, em 10/04/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja designada uma Deputada estadual para representar esta Casa no Seminário Internacional "A Mulher e a Vida Parlamentar", que se realizará no Congresso Nacional no período de 21 a 25 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 10/04/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Este seminário é de extrema importância na vida política do país porque dele participarão delegações de diversos países para discutir as formas mais adequadas para a participação da mulher na vida parlamentar. A participação de uma representante desta Casa trará benefícios para atuação parlamentar da Deputada a ser designada, além de representar para as parlamentares do Brasil e do Exterior a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, considerando a tramitação de projeto de lei que dispõe sobre admissão de servidores públicos, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja aprovada a realização de Audiência Pública sobre o assunto, em princípio, dia 7 (sete) de maio próximo, pela manhã, com a participação de Deputados, Líderes Políticos e Partidários, Autoridades da Administração Estadual, especialistas, Representantes do Funcionalismo, Imprensa e demais interessados.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O imposto é, em última instância, a retirada de recursos da iniciativa privada e sua transferência para o setor público. Como tal, devem esses recursos ser melhor gerenciados que os da iniciativa privada. Sob pena de ser injustificada tal transferência ou apropriação. Para que isto aconteça, obviamente, deveria o Estado contar com os melhores profissionais em cada setor, o que implica em melhor remuneração e planos de carreira atraentes.

O que observamos contudo é que ocorre no País o inverso. Um quadro de funcionários mal remunerados e sem perspectivas de realização profissional, naturalmente tende a decrescer em produtividade. Sob outro ângulo, vimos assistindo ao crescente inchamento da máquina estatal. Pressões as mais variadas levam a mais e mais contratações, aumentando o comprometimento do Estado no custeio e pagamento de pessoal, reduzindo as possibilidades de melhor remuneração aos já existentes e impedindo ao Estado a realização de investimentos prioritários para a sociedade como um todo.

Tendo em mente estes aspectos e buscando a instituição de mecanismos eficazes que permitam a valorização do funcionalismo e a preservação da capacidade de investimento do Estado, acabo de encaminhar à Mesa da Assembléia, projeto de lei estabelecendo a proibição de novas contratações, até que as despesas com pessoal e custeio reduzam-se a níveis compatíveis. Aberto a contribuição e subsídios adicionais, proponho a realização de Audiência Pública, durante a qual aguardo poder aprimorar seu conteúdo, submetendo-o à apreciação e discussão dos diferentes segmentos envolvidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando a perfuração de um poço artesiano na localidade de Santo Rei pertencente a Municipalidade de Nova Cantu.

Congregando um expressivo número de moradores, cujas atividades desenvolvidas na agricultura e pecuária contribuem enormemente para o engrandecimento do Município, a localidade de Santo Rei tem sofrido muito no que diz respeito ao abastecimento de água, que simplesmente inexiste.

Mais do que isto, a situação é de extrema gravidade que a Prefeitura local é a responsável pela água que a comunidade consome, levada em caminhão-pipa, conforme relata o Excelentíssimo Senhor Alcení Martineli, Vereador.

Pelo exposto, aguarda-se que todo o encaminhamento que se fizer necessário seja posto em prática, pondo fim ao sério problema vivenciado pelo laborioso povo de Santo Rei.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES, formulando apelo no sentido de que aquela autoridade autorize a liberação de recursos para a construção da Agência da Previdência Social em Ponta Grossa, obra que virá abrigar a três autarquias: IAPAS, INPS e INAMPS, hoje localizadas em imóveis alugados e de custos altamente onerosos ao Governo, apresentando instalações as mais precárias, tanto no aspecto estrutural quanto inadequadas aos fins a que se destinam, particularmente aos afetos à área médica-pericial, que se encontra totalmente destituída de condições para o atendimento de suas atividades, inclusive dos casos de emergência e de pacientes em estado grave, por vezes realizados em corredores ou locais impróprios.

O projeto de compra do imóvel e de construção já consta do Plano de Execuções da Superintendência Regional do IAPAS Paraná, para o ano de 1986 e encontra-se em fase de aprovação na Direção Geral do Instituto, dependendo, apenas, da liberação de verba.

Há que se ressaltar que, contando Ponta Grossa com aproximadamente 250.000 habitantes, dos quais 200.000 são beneficiários da previdência, e, jurisdicionar a Agência local mais seis municípios vizinhos, com uma média de 300.000 beneficiários, é compreensível que não mais venha correspondendo a essa demanda, tanto no setor de assistência previdenciária quanto ao de saúde, fato que está a comprometer o bom andamento do serviços prestados.

Diante do exposto, apela o Parlamentar a Sua Excelência, o Ministro da Previdência Social, para a adoção de medidas urgentes que possibilitem, efetivamente, a execução da mencionada obra.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, solicitando prorrogação do prazo da Lei n. 7.416, de 10 de dezembro de 1985.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O prazo de vigência da referida lei expira em 25 de junho do corrente ano. Entretanto, milhares de taxistas ainda não conseguiram adquirir veículos para o exercício da profissão porque as revendedoras não tem estoque suficiente para atender a demanda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, Presidente da República, solicitando a prorrogação do prazo da Lei n. 7.416, de 10 de dezembro de 1985.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O prazo de vigência da referida lei expira em data de 25 de junho do corrente ano. Entretanto, as revendedoras de veículos não tem estoque suficiente para atender a demanda, fazendo com que milhares de motorista de táxi, sintam-se ameaçados de não conseguirem adquirir veículos novos, para o exercício da profissão.

A prorrogação do prazo da Lei n. 7.416 beneficiará a classe dos taxistas e as revendedoras, produzindo mais empregos e atendendo condignamente aqueles que ainda não conseguiram adquirir veículos novos para trabalharem como taxistas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando 24 (vinte e quatro) trilhos para a construção de 3 (três) pontes no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Roncador vai

Curitiba, quinta, em 10.04.86

arcar com a maioria das despesas na construção das referidas pontes. Entretanto, a Prefeitura necessita de trilhos para viabilizar as construções das pontes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, consubstanciados em apelo no sentido de ser determinado com urgência o asfaltamento da BR- 157, de Luiziana a Mamborê.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O apelo que ora é formulado se traduz no anseio daquela laboriosa população que de longa data vem pleiteando uma melhoria para facilitar o fluxo daquela estrada, importante meio de comunicação e escoamento das safras agrícolas, e atendendo solicitação aprovada na Câmara Municipal de Campo Mourão, através de indicação do Vereador Nelson José Tureck.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as providências cabíveis no sentido de ser construída com urgência uma ponte sobre o rio Várzea, nas proximidades da localidade de Silviolândia, no Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz a fim de atender aos reclamos dos moradores daquela região, conforme o expediente recebido da Câmara Municipal de Peabiru, Ofício n. 12/86, embasado no requerimento aprovado por aquele legislativo do Vereador Elizeo Zacarckim, cuja cópia segue anexo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, o aumento da cota de medicamentos para a Municipalidade de Janiópolis.

Em razão principalmente da existência

do Hospital Municipal que atende no âmbito regional, os postos de saúde, atualmente, têm enfrentado uma série de dificuldades com relação a insuficiência de medicamentos, notadamente para atender as pessoas de menor poder aquisitivo.

A constatação é feita pelo Ilustríssimo Senhor Doutor Renato Sandoval Sejas. Na condição de Chefe dos postos de saúde existentes, o mesmo afirma ser: da maior importância a destinação, através do aumento de cota, de mais medicamentos, visto que, caso isto não ocorra, problemas ainda mais sérios surgirão.

Diante da exposição de motivos aqui apresentados e sobretudo pela justa solicitação, aguarda-se, por parte dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a adoção de medidas que viabilizem a presente postulação.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, para que seja implantada fluoretação na água distribuída à população da Municipalidade de Mamborê.

A presente solicitação é de iniciativa da Excelentíssima Senhora Olga Antônia Brunetta. Integrante do Poder Legislativo, afirma ser de grande valia a implantação do flúor na água distribuída à população daquela cidade, uma vez que contribuirá, efetivamente, para a prevenção dos dentes, principalmente nas crianças e nos adolescentes.

Fora de qualquer dúvida, trata-se de uma importante medida a ser posta em prática, considerando indispensável a participação dessa Companhia no sentido de tornar realidade a pretendida e oportuna reivindicação.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a destinação de materiais esportivos para

os estabelecimentos de ensino existentes na Municipalidade de Juranda.

Além de ser indispensável propiciar melhores condições de saúde ao conjunto da juventude escolar, a prática do desporto, como aspecto cultural, permite uma verdadeira integração entre os estudantes pertencentes aos diversos educandários. Dentro de tal filosofia, para este ano, envolvendo todos os setores da comunidade ligados à educação, pretende-se dar ênfase ao desenvolvimento esportivo.

Para tanto, torna-se indispensável, por parte dessa Fundação e Secretaria de Estado, o devido apoio determinando a destinação de materiais esportivos, que, inclusive estão em falta há muito tempo.

Conforme iniciativa da Ilustríssima Senhora Ires Luiza Valer, Inspetora Estadual de Ensino, espera-se o respaldo necessário a esta justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 14/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art.1.º- O § 9.º, do Art.14, do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 9.º- O Deputado licenciado para tratamento de saúde não sofrerá prejuízo em sua remuneração".

Art.2.º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 63/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Os cargos de Auxiliar de Trânsito, do Quadro Geral do Estado, ficam transformados em cargos iniciais da carreira de Agente de Segurança, passando seus ocupantes a serem lotados junto à Diretoria da Polícia Civil.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

PROJETO DE LEI N. 64/86

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA- AFIPPUC", com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A AFIPPUC é uma associação com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 1978, com a finalidade de congrega-los funcionários do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, para maior confraternização e entretenimento.

Através de seus diversos Departamentos, a Associação procura promover o desenvolvimento sócio-cultural com a efetivação de atividades sociais, esportivas, recreativas e educacionais.

O objetivo principal da AFIPPUC é o de prestar assistência social e financeira a seus associados, mediante empréstimos, auxílios e financiamentos, como também procurar manter intercâmbio artístico, cultural e desportivo com outras entidades congêneres.

A documentação anexa, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta as normas para declaração de utilidade pública em nosso Estado.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Ivan Gubert.

(Ausente).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR.MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Consta da Ordem do Dia, em 2.ª Discussão, o Projeto de Lei n. 34/86, que dispõe sobre a dilatação do prazo de anistia fiscal, Lei n. 8279, de janeiro deste ano.

Nesta oportunidade, alerto para a situação que se pode criar com a possível aprovação deste projeto, não só por coerência, uma vez que fomos contrários à aprovação do projeto de lei no final do ano passado, que permitiu a Lei 8279, por compromisso e por debate político eleitoral do passado. Mas, pelo fato de que ain-

da hoje na Assembléia Geral dos Professores do Paraná, que acabou por decidir a suspensão da paralisação decretada no último sábado em Londrina, diante da reivindicação do piso de 2.2, deixando somente marcada a paralisação do próximo dia 17, quinta feira, aí uma paralisação de cunho nacional, dos professores de todo o País, que em cima da reivindicação de três salários mínimos, já haviam decidido esta medida há cerca de dois meses no seu Congresso Nacional realizado. E, hoje, na Assembléia dos Professores, novamente várias foram as intervenções no sentido de alertar os professores do Paraná presentes, para o fato de que não cabe argumentação por parte do Governo, quanto a ausência de recursos para atender as suas reivindicações, tendo em vista que o próprio Governo concedeu, através de lei aprovada na Assembléia, a anistia fiscal, beneficiando, injustamente, empresas e setores produtores que, apesar de terem recolhido os recursos para o imposto de circulação de mercadorias, deixaram de repassá-lo aos cofres da Receita Federal.

Há inclusive quem argumente sobre a configuração de uma apropriação indébita.

Diante disto, alertamos para este detalhe. Já ontem nos posicionamos contrários à aprovação deste projeto que hoje vai em 2.ª Discussão. Nesta oportunidade, solicitamos a devida avaliação de cada um dos Senhores Deputados, no sentido de não fornecer o apoio e aprovação, em vista de ocorrer ainda nesta tarde.

Era esta a nossa intenção ao ocupar este Pequeno Expediente, alertando para o desgaste não só do próprio Governo Estadual, mas a Assembléia Legislativa e os seus integrantes, especialmente aqueles que vierem a votar a favor. Passarão a ocorrer com mais intensidade ainda, tendo em vista que é notório o quadro de reivindicações e de movimentações das várias categorias de profissionais, que devem ocorrer ainda neste primeiro semestre de 86.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ivan Gubert, inscrito.

O SR.IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Secretaria de Estado da Educação está soltando em todas as Escolas Públicas do Paraná, um boletim de cadastramento de pais e alunos. E tem nos impressionado sobremaneira as explicações que são dadas pelas razões deste cadastramento. Procura-se saber o nome do responsável da criança, a ocupação, o endereço, querem saber se o responsável é presidente, ocupa al-

gum cargo na Associação de Pais e só. Não se explica porque na realidade se pretende este cadastramento. Claro que comentários existem.

Queremos deixar um alerta. Estaremos de olhos abertos porque entendemos que este cadastramento tem fins políticos e esperamos que o partido do Governo não venha usar este cadastramento exatamente para fazer mala direta e propaganda eleitoral. Nós da oposição, sem dúvida nenhuma, estaremos alertas, para saber das reais razões deste cadastramento.

E agora, a segunda razão que me traz a este Plenário. Na manhã de hoje, numa das emissoras de rádio da Capital, eu ouvia o Governador José Richa chamando o Presidente da Associação dos Delegados de Carreira do Estado do Paraná, de mentiroso. Conheço Ivo Diniewicz de longa data e tenho certeza que ele não é um mentiroso. E o Governador o chamava de mentiroso porque o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira, havia informado, numa entrevista, que os delegados de polícia de carreira e os policiais em geral, tinham perdido o seu salário real no Governo José Richa.

E o Governador, em entrevista colocada no ar, dizia taxativamente, que era uma mentira muito grande, que na verdade a Polícia Civil do Paraná teve ganhos reais.

Isto não acontece, não ocorreu e o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira foi claro quando mostrou o seu contra-cheque, comparando o seu salário atual e o de 1983, onde se via que, realmente, ele como delegado de primeira classe, percebia quase 20% a menos em números reais do que percebia em 1983.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que é pior, os delegados de polícia de carreira do Estado do Paraná hoje percebem menos do que todos os Delegados do Brasil.

Em Goiás, os delegados são comparados em termos salariais aos promotores públicos; no Mato Grosso da mesma forma. Em Santa Catarina, por um ato do Governador Espiridião Amin, a partir do início deste ano os Delegados passaram a ganhar quase 20 milhões de cruzeiros, ou quase 20 mil cruzados, quando aqui no Paraná, o delegado ganha na realidade somente 5 mil cruzados.

Isto é um absurdo, o que se pretende e o que a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira pretendem é realmente fazer com que o delegado de polícia tenha equiparação salarial aos seus companheiros de profissão dos outros delegados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a

palavra à Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SR.AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Estado do Paraná, uma das principais propulsoras da recuperação econômica deste País, na qual todos nós nos empenhamos, sempre primou, no âmbito federal, por uma timidez que o tem marginalizado nas grandes decisões que afetam os destinos do nosso povo, da nossa gente.

Podemos perfeitamente notar que, de algum tempo para cá, cada vez mais intensa, desperta entre todos nós um sentimento de valorização regional que, devidamente canalizado, irá se refletir, por certo, em dias de maior grandeza e de reconhecimento do justo valor, do que a nossa terra e nossa gente tem feito em prol do bem comum e do desenvolvimento do Brasil.

Contribuímos sempre com significativa parcela das exportações, que tanto contribuem para o equilíbrio de nossa balança econômica, nosso povo trabalhador e pacato, mesmo nas maiores crises que assolaram o País, jamais deixou de mourejar, cumprindo o seu papel com dignidade e altivez, para que pudéssemos construir para nossos filhos, e para os filhos de nossos filhos, um País onde se vive em paz, prosperidade e com a indispensável justiça social.

Há momentos, no entanto, em que a acomodação pode ser confundida com covardia e em que mesmo o mais pacato dos homens, ou dos povos, deve sacudir os grilhões da inércia e passar a lutar pelos seus direitos, sempre com a força das idéias, e da verdade e com aquela coragem sublime que só pode ser vazada no direito e na justiça.

Na história da mais alta corte de justiça do País, o Supremo Tribunal Federal, pode-se perfeitamente verificar pelas estatísticas publicadas pelos principais jornais do País, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro, sempre ofereceram o maior número de integrantes àquela Augusta Corte, ficando o Paraná relegado a posição tal que é como se não existisse no cenário jurídico nacional.

Somente no século passado, mais precisamente em 1984, a cultura jurídica do Paraná esteve representada no âmbito federal pelo então Ministro Ubaldino do Amaral, um dos justos orgulhosos desta terra.

Não é que falte ao Paraná homens capacitados para exercer tão alta investidura, estes homens nós os temos, pessoas da mais elevada cultura jurídica, respeitados por seus pares em todo o território nacional e que, há muito tempo, grangearam uma reputação e respeito que, por certo lhes have-

ria de assegurar o direito a tão alta investidura.

Falta, isto sim, uma maior agressividade da sociedade civil e de seus representantes para levar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o apelo de nosso Estado no sentido de que este sonho seja concretizado.

Logo agora, quando se abre naquela egrégia corte uma vaga, com a aposentadoria do Ministro Cordeiro Guerra, cria-se o momento propício para que sejam levados à mais alta consideração nomes como do DESEMBARGADOR NEGI CALIXTO, Juiz na acepção mais integrada da palavra, um dos mais dedicados servidores da justiça do Paraná, que marcou seu nome nas Comarcas por onde passou, respeitado e admirado por todos os seus jurisdicionados.

Como o Professor EGAS MONIZ DE ARAGÃO, Jurista de Escola, nome respeitado e admirado mesmo além das fronteiras do País.

Como o Professor RENÉ DOTTI, dinâmico, combativo e cujo nome, como criminalista e estudioso do direito, há muito extrapolou as fronteiras de nosso Estado.

O Doutor MILTON LUIZ PEREIRA, que pela sua postura como Juiz e como homem, tem grangeado uma reputação que não deslustra quando comparada com a dos grandes mestres que o inspiraram.

Nestas condições, portanto, lutando como é nosso dever pelo engrandecimento cada vez maior do Paraná, que só será uma realidade quando os nossos valores econômicos, morais, intelectuais e jurídicos, ocupem o lugar de destaque, que merecer, em âmbito nacional, concito o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, José Richa, para que demonstrando, mais uma vez sua liderança, como estadista e patriota, para que empunhe esta bandeira e clame, em nome de toda a sociedade do Estado, que lhe compete representar, para que seja um paranaense, após noventa anos de esquecimento, conduzido ao mais alto tribunal do País."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os professores do Paraná, estão reunidos em Assembléia Geral no Colégio Estadual.

Esperávamos ver, nesta assembléia dos professores hoje, o apoio que tradicionalmente foi dado no passado pelo PMDB. No entanto, para a surpresa deste Deputado, não havia ninguém do PMDB apoiando a reivindicação dos professores paranaenses que lotaram as dependências do grande au-

ditório do Colégio Estadual do Paraná.

Os professores aguardam a mensagem do Governador José Richa, que não vai conceder absolutamente nada ao magistério, vai apenas manter o piso salarial conquistado em 1981 e vai fazê-lo por um capricho político, para não sancionar uma emenda aprovada por este Poder.

Este é um assunto da educação.

O segundo assunto, quero trazer o meu apoio ao pronunciamento feito pelo Deputado Ivan Gubert, que falou há pouco sobre um cadastramento que está sendo feito pela Secretaria de Estado da Educação.

Trago a informação de várias diretoras de Escolas Públicas de Curitiba, que me afirmaram que este cadastramento, segundo informações internas de Secretaria da Educação, tem objetivos políticos-eleitorais, para atender a campanha do PMDB, a fim de que os pais sejam alcançados pela correspondência dos candidatos do PMDB, através de uma mala direta.

É o segundo assunto da educação.

E o terceiro que abordo é para comunicar à Casa que os alunos da FACIMAR de Marechal Cândido Rondon - Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, paralisaram as atividades dos cinco cursos mantidos pela Faculdade do Município, até o próximo dia 16, aguardando uma decisão do Governador do Estado, sobre a estadualização da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon.

E, ao mesmo tempo, devo alertar aos Senhores Parlamentares e alertar, sobretudo, aos Senhores Parlamentares da região Oeste do Paraná, que se procura camuflar neste momento, esta reivindicação de Toledo, de Cascavel e de Marechal Cândido Rondon, com a possibilidade de federalização das Faculdades autônomas desses 3 municípios.

Não existe engodo maior, porque o Paraná possui três universidades estaduais, em Londrina, em Maringá, e em Ponta Grossa. E o Paraná possui dezenas de outras faculdades autônomas, e, até o momento, apesar de muitas reivindicações, não houve a federalização de nenhuma Universidade e de nenhuma Faculdade.

Pretender, portanto, colocar em cima da reivindicação do Oeste, este manto que vai proteger apenas os interesses do Governo do Estado, significa iludir agressivamente aqueles que, estudando no oeste, ou que trabalhando no magistério do Oeste, estão em busca de melhores condições para o exercício de sua atividade, seja da atividade acadêmica, seja da atividade profissional.

Que o Governador José Richa resgate o seu compromisso e estadualize as Faculdades de Cascavel, a Universidade do Oeste, atendendo a cerca de 5 mil jovens do Oeste

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o horário do Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o jovem Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Em data de sete de abril de mil novecentos e oitenta e seis, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná para desfilar acusações intempestivas e tendenciosas acerca da ação da Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná.

Entendemos que o Deputado chegou aos cúmulos do absurdo por absoluta falta de informação. O Deputado Osvaldo Alencar Furtado, ao longo dos três anos de Governo Democrático do Governador José Richa, recebeu todos os programas e intenções de ação da Secretaria da Cultura e do Esporte e em momento algum se dignou a criticá-los, aperfeiçoá-los ou até mesmo a discutí-los.

Ao contrário da grande maioria dos parlamentares desta Casa que ao longo destes três anos participaram intensamente da ação da Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado jamais pisou em qualquer das unidades ligadas à cultura, ao esporte e ao turismo do Paraná.

Ao longo dos três anos de Governo o Deputado se dirigiu ao Secretário apenas duas vezes, telefonicamente. Uma para pedir a nomeação de sua atual assessora na Assembleia Legislativa, Mariza Bertoli, como Diretora do Museu de Arte Contemporânea. E na segunda oportunidade para pedir esclarecimento sobre a exoneração da mesma do Museu de Arte Contemporânea.

Enquanto os outros Deputados do PMDB por inúmeras vezes levaram à SECE projetos, idéias, sugestões e críticas, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado sempre se contentou em assumir o papel de crítico velado e mal informado das ações da entidade.

É um inocente útil à pressão daqueles que não entenderam a Mensagem democrática do PMDB. A SECE mudou de postura. Transformou-se de Secretaria Municipal de Artes numa Secretaria que mesmo debilitada no seu orçamento tem o compromisso de atender todos os município e entidades do Paraná de forma igual e democrática.

Ao longo deste três anos de descentralização da ação da Secretaria da Cultura e do Esporte foi uma realidade. Um número crescente de Municípios, ano a ano, foi

sendo agregado ao rol de atendimentos da SECE em todo o Paraná.

A Mensagem do governador José Richa embasando o governador em três propostas básicas: participação popular, melhoria de condições de vida do povo paranaense e descentralização do Poder, se transformaram em prática. Os programas feitos em gabinete, no passado, passam a conviver com a discussão franca e aberta de toda a comunidade paranaense, partilhando dos erros e acertos de tal prática.

Os privilégios a grupos de pessoas deram lugar à participação ampla da sociedade através dos conselhos e comissões formados pela SECE nas áreas de cultura, esporte e turismo. Isto certamente gerou descontentamento e o desconforto dos antigos donos das verbas oficiais autênticos aproveitadores da fragilidade estatal e manipuladores do corporativismo.

A gestão da SECE é municipalista e com este espírito passamos a rebater as acusações feitas pelo Senhor Deputado, tecidas com todas as respostas fundamentadas no programa cultural do PMDB.

Hoje, há aproximadamente 3/4 do mandato cumprido temos a honra de ter concluído acima de oitenta e cinco por cento dos compromissos deste programa, o qual, até 15 de março não estará apenas concluído, mas enriquecido substancialmente em seu conteúdo e na sua prática pela participação crescente de todos os municípios atingidos pelo trabalho intenso de conscientização, efetuado pelos técnicos da Secretaria com vista ao desenvolvimento da salutar prática democrática da ação nas três áreas.

Quando o Senhor Deputado fala em desacertos da Secretaria; fala que a praxis não corresponde à teoria, fala da ausência de seqüências metodológicas ou técnicas; fala das ações mal planejadas e conduzidas apressadamente ao lado de interesses particulares em detrimento do social, vemos quão desinformado e faccioso é o Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Queremos nesta oportunidade em todos os momentos que os descertos sejam informados à Secretaria de Cultura e Esporte. Temos o compromisso democrático dentro das possibilidades de Governo e por convicção filosófica a discussão ampla em todos os níveis.

Entendemos as acusações acima a partir do momento em que os fatos forem apontados e que não sejam apenas acusações vazias.

No que diz respeito ao universo de nosso Estado as dívidas estão salgadas, ao passo que o Parlamentar está sendo usado por entidade como a chamada "resistência democrática pela reabilitação de cultura do Paraná" criada por pessoas sem rosto, sem nome, mas com muita desenvoltura e

orientação nas batalhas rasteiras sem uma consistência e discussão política em cima de um programa de trabalho, voltando a sua ira desenfreada contra o titular da Secretaria da Cultura e do Esporte, numa flagrante demonstração de falta de caráter e de oportunismo o que leva a crer ser orquestrada por pessoas que deixaram os quadros daquela casa por incompetência, por deslealdade e até por corrupção.

Fala o Deputado de greve de um setor: a única que houve deu-se no curso superior de artes cênicas insuflada por interesses estranhos ao bom desempenho do setor. Fala o Deputado da situação de precariedade do nosso patrimônio histórico cultural sem conhecer o grande trabalho desenvolvido pela coordenadoria do Patrimônio Cultural, pela curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico e também pelas unidades ligadas àquela Coordenadoria responsável pelos museus do Estado do Paraná.

Nunca o patrimônio desenvolveu programas tão amplos nesta área de atuação. Nunca a comunidade esteve tão envolvida num trabalho de co-gestão com os dirigentes do patrimônio cultural paranaense.

Temos ao longo deste anos trabalhado a nível de entidades preservacionistas em vários municípios. O acervo depositado nos Museus nesta gestão peemedebista passa a ter uma dinâmica que transformou os museus em centros culturais amplos, renovadores de uma prática museológica, onde um amplo programa de ação museológica foi implementada nas unidades do governo e também no interior de nosso Estado.

Diz o Deputado Osvaldo Alencar Furtado em seu intempestivo pronunciamento que critica os acervos e sua forma de conferência, mal sabendo que quando esta gestão assumiu a SECE nem sequer tinha livros-tombo em alguns dos museus. Hoje está tudo registrado. Só não existe o acervo publicado por absoluta falta de recursos financeiros.

O Conselho do Patrimônio Histórico Cultural do Paraná ao lado dos outros conselhos da instituição tem suas reuniões abertas a entidade e ao público em todos os momentos, ao contrário do que afirma o parlamentar em seu pronunciamento. Evasivo.

A sequência dos trabalhos da CPHA se faz sentir quando Antonina aprova uma Lei Municipal de delimitação do centro histórico, sendo que, em todos os casos será ouvida a CPHA. Quanto à intervenção na Ponta da Pita com a construção de aterro e calçada temos a informar que este foi um programa desenvolvido pelo Município para dar mais um espaço de lazer e de convívio aos seus municípios e aos outros paranaenses que para lá se dirigem;

Obra esta que atesta a autonomia do

Município nos programas que lhe dizem respeito.

Quando o Deputado se referiu à política de artes plásticas no Estado, o fez de maneira apaixonada e despreparada. Afinal, tem como sua assessora de gabinete a Ex-Diretora do Museu de Arte Contemporânea, que certamente magoada com a sua exoneração se referiu a algumas falhas, algumas delas motivos da própria demissão. Cabe lembrar que a atual diretora do Museu de Arte Contemporânea foi indicada democraticamente em eleição direta entre os membros da Associação Paranaense dos Artistas Plásticos.

O Museu de Arte Contemporânea passou a desenvolver programas extensivos a todos os segmentos da comunidade, não sendo apenas um imóvel expositor de telas e outras obras de arte. Quanto ao impedimento de um técnico que estava interessado em conferir o acervo, a Secretaria não tomou conhecimento e pede provas, porque entende todos os direitos dos cidadãos, mas não permite e não permitirá que qualquer pessoa, com interesses próprios, possa ingerir na ação executiva do setor público, mas dará a qualquer momento explicações aos representantes do povo e dos segmentos e entidades organizadas da sociedade civil.

O Museu da Imagem e do Som, orgulho deste Governo, é prioridade da Secretaria da Cultura e do Esporte na ação cultural de 1986. Preocupando-se com o bom desempenho desta unidade, a SECE adquiriu sede própria para alojar o acervo herdado em péssimas condições de conservação de gestões anteriores e também para desenvolver o seu programa de trabalho, amplamente discutido no Estado. Este Museu da Imagem e do Som foi recebido pelo governo democrático do PMDB encerrado em armários onde o acervo se deteriorava em precárias condições de preservação e sem mínimas possibilidades de uso. Foi alugada uma casa para o reinício das atividades do MIS, não foram gastos recursos em reformas, apenas transferidos o acervo e patrimônio para o imóvel locado para sua reativação, porque já se tinha em vista a aquisição de uma sede própria definitiva, o imóvel locado precisou ser devolvido por problemas alheios à vontade da direção do Museu da Imagem e do Som.

O retorno de parte do acervo para o prédio da SECE deveu-se em função de um lapso de tempo existente entre o término do contrato de locação e a entrega definitiva da sede própria.

O MIS saiu da casa alugada mantendo o acervo depositado em embalagens tecnicamente corretas, sem prejuízo da ação da unidade, economizando recursos da antiga locação, que serão destinados à compra de equipamentos para o mesmo.

A questão das Artes Cênicas - as artes cênicas são representadas no Paraná, por três entidades: Federação Independente de Teatro Amador do Paraná - FITAP; Associação dos Produtores de Artes Cênicas - APAC e Sindicato dos Artistas e Técnicos em espetáculos de diversões - SATED.

A SECE tem recebido como retorno da política de artes cênicas do Estado avaliação constante das três entidades. A FITAP, estabelecida e todas as regiões do Estado aprova integralmente a gestão do setor cênico. A SECE recebeu democraticamente do SATED e da APAC documentos que mostraram as suas preocupações com respeito a editais de ocupação da Fundação Teatro Guaíra, de co-produção e de multiplicadores. Com respeito ao edital de ocupação, chegou-se a um consenso, hoje, do entendimento e concordância de todas as categorias - em reunião do Conselho de Administração da Fundação Teatro Guaíra com a participação de um elemento representante das categorias. Quanto ao edital que diz respeito à co-produção houve uma proposta da APAC que em negociação com a diretoria da Fundação Teatro Guaíra já está implantada. Em relação ao Edital que diz respeito aos multiplicadores é importante citar que em 13 de janeiro de 1986 o Secretário pediu ao SATED e à APAC que trouxessem sugestões, propostas e Projetos para modificação do citado edital. Cumpre salientar que até esta data, 09 de abril de 1986, as propostas não chegaram com respeito a curso superior de artes cênicas, informamos que o mesmo transcorre na plenitude de normalidade, com orientação técnico-pedagógica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC. Estranhamos as críticas do Deputado num setor que tem apresentado um desempenho acima das expectativas. Os trabalhos e programas colocados em prática não sofreram solução de continuidade. A saída da antiga coordenadora do curso intensificou as boas relações entre o Governo do Paraná e a PUC, fato este que deve gerar aborrecimento em quem usa hoje o Deputado Osvaldo Alencar Furtado como um inocente útil, desinformado, numa atitude revanchista.

Com respeito à administração da Fundação Teatro Guaíra informo que o citado terror de bastidores existe sim. Mas na medida em que interesses escusos se sobrepõem aos compromissos democráticos da gestão da SECE. É importante ressaltar que pessoas que no passado não se mostraram à altura de seus cargos continuam nos corredores e bastidores insuflando artistas e técnicos que, no entanto, hoje desenvolvem os programas do PMDB na área da cultura. Estamos expulsando o privilegiamento à insubordinação gratuita, facciosa e continuista. Fala o Deputado em entrevista à

imprensa que a primeira bailarina do Ballet Guaíra ganha menos que uma faxineira. Mentira. É importante dizer ao povo do Paraná e aos nobres Deputados aqui presentes que os salários pagos aos bailarinos do nosso Corpo de Baile Oficial são os maiores do Brasil se comparados com outros órgãos oficiais de outros estados brasileiros. O menor salário pago hoje é da Ordem de 1.560,00 cruzados para um estagiário "C", indo até 12.092,00 cruzados para o responsável pela Companhia de Dança, valores líquidos. Hoje o Ballet Guaíra graças à ação decidida do Governo do Estado do Paraná, é reconhecido nacionalmente. Nunca, desde a sua criação, fez "Tournées" por tantas capitais brasileiras e até mesmo para o exterior. O coroamento desse esforço vem agora através da participação no Festival Internacional de Dança do Rio de Janeiro como único corpo de baile nacional convidado, ao lado do Royal Ballet de Londres, Teatro Kabuki do Japão, Grupos Americanos e outros reconhecidos mundialmente. Isto bem demonstra que artisticamente o Ballet Guaíra é uma das melhores companhias de dança do País.

Quanto à queixa do SATED, no que diz respeito que o documento discutido com as categorias não é um plano de ação, temos a informar que entendemos como plano de ação um rol de intenções que se transforma de plano de ação em projeto após a saudável discussão democrática da proposta. Se houve falhas em qualquer momento da negociação não foram detectadas; porém a FTG continua aberta como sempre esteve para receber as sugestões objetivas e construtivas. O Documento dos Bailarinos, onde um conjunto de reivindicações à diretoria da Fundação Teatro Guaíra já foi atendido em aproximadamente 70% do solicitado. Com respeito à demora do programa de trabalho para 86, a SECE informa que apenas há 10 dias teve o seu orçamento liberado e transformado em cruzados; com respeito à colocação de que o orçamento da fundação Teatro Guaíra vem sendo defasado consideravelmente, cabe informar que em comparação com o orçamento global da SECE ele sofreu aumentos nos anos de 84, 85 e 86, se comparados com orçamentos elaborados pelo Governo anterior.

- 1982 - 21,94%
- 1983 - 23,02%
- 1984 - 25,55%
- 1985 - 30,77%
- 1986 - 26,09% (já deflacionado e transformado em cruzados).

É importante salientar que os orçamentos anteriores correspondem ao realizado e o de 1986 é o previsto, não se levando em conta as possibilidades de: recursos auferidos em bilheterias, suplementações, patrocínios, doações diversas e órgãos fede-

rais. Os setores de circo e ópera foram criados neste Governo e têm seus programas cumpridos dentro das propostas de trabalho da Secretaria da Cultura e do Esporte e da Fundação Teatro Guaíra assim como entidades envolvidas sempre atendendo aos interesses municipais negociados anualmente no planejamento integrado.

É intenção da SECE fortalecer cada vez mais estes dois setores e para tal, programas de grande alcance estão delineados para 1986. A reestruturação do Conselho de Administração da Fundação Teatro Guaíra está em andamento para ser incluída uma proposta do Secretário Fernando Chignone de que as categorias tenham lá sua representação.

Quanto à cessão do auditório é norteada por procedimento do conselho de administração que fiscaliza junto aos empresários a prática de preços justos como a constante cobrança de apenas 50% do valor do ingresso da platéia para o segundo balcão. Isto possibilita um fluxo maior de camadas da população de menor poder aquisitivo. Sabemos todos das prioridades do Governo José Richa às áreas sociais e, apesar disto o orçamento da SACE tem se mantido constante em níveis aquém das necessidades reais. Porém, apesar das carências, as áreas do turismo, do esporte e da cultura têm recebido atendimento a todos os projetos de real interesse comunitário.

Fala o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado pejorativamente no "legado Fernando Ghignone". Senhores Deputados, o legado Fernando Ghignone é um legado construído a partir da participação popular. É um legado onde a mudança de mentalidade está sendo uma constante.

Para finalizar o discurso passamos a citar algumas das muitas preocupações desta administração democrática e participativa do Secretário Fernando Ghignone e dos seus colaboradores durante estes 3 anos de Governo.

- Implantação de um programa de planejamento integrado intermunicipal.
- Criação do encontro nacional de música antiga.
- Ampliação substancial do festival de música de Londrina (Nacional).
- Implantação da orquestra sinfônica do Paraná.
- Doação de aproximadamente 90 fanfaras.
- Produção de 6 filmes.
- Ampliação do prodiarte.

Curitiba, quinta, em 10.04.86

- Desenvolvimento do inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural do Paraná.
- Projeto caminho das tropas, de integração inter-estadual e de reconhecimento nacional.
- Diversas restaurações.
- Lançamento da série "Cadernos do Patrimônio".
- Reativação do Museu do Mate.
- Reunião anual da Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional em Curitiba - Paraná.
- Projeto "Museu Paranaense vai à Comunidade".
- Criação do primeiro centro de restauro de telas e papéis do Sul do Brasil.
- Programa de valorização do artista plástico paranaense.
- Exposições Inter-Municipais (Itinerantes)
- Exposições de Alfredo Andersen no Rio de Janeiro
- Confecção do primeiro catálogo de Alfredo Andersen.
- Criação de várias sucursais do Centro Juvenil de Artes Plásticas nas diversas regiões do Estado.
- Recriação do museu da imagem e do som, extinto na gestão anterior.
- Programas editoriais: "Chamada Geral" e "Paraná Memória e Momento".
- Milhares de livros doados às bibliotecas públicas municipais.
- Construção de outras bibliotecas.
- Projeto carreta popular.
- Desenvolvimento do Projeto Viva a Ópera
- Criação do setor de ópera e circo.
- Programa "O Circo não vai Morrer".
- Criação do Curso Superior de Artes Cênicas

- Museu do Teatro.

Com relação ao patrimônio, temos ainda a acrescentar:

Vários tombamentos, salientando-se o início do processo de tombamento da serra do mar.

Implantação do setor do patrimônio natural.

Foram realizados também a reestruturação organizacional em todas as áreas; reestruturação de cargos e salários; cursos; treinamentos; assistência técnica; seminários, palestras e reequipamento das unidades.

É difícil num pronunciamento como este alinhar todas as realizações da Secretaria da Cultura e do Esporte na gestão Fernando Ghignone.

Deveremos ainda citar o trabalho desenvolvido pela coordenadoria de esportes e pela Paramatur, responsáveis pela massificação esportiva, pelo desenvolvimento técnico dos nossos atletas, pelo reconhecimento nacional dos atletas do Paraná. E pelo grande desenvolvimento do turismo em nossa terra.

Voltaremos a esta tribuna porque o assunto é de interesse do povo do Paraná e entendemos que os Senhores Deputados saberão levar às suas bases esta preocupação e estas informações.

Existem deficiências; afinal diante do quadro de dificuldades seria inconcebível que o órgão em questão atendesse a todos, porém não obstante seu reduzido orçamento, a SECE foi à procura da comunidade e da iniciativa privada e de outros órgãos, para viabilizar os projetos que não teriam condições financeiras de serem concretizados.

Mesmo com essas dificuldades apresentadas este é um programa de trabalho respeitado e reconhecido em todo o território nacional como o mais democrático, o mais realista e o mais eficiente, servindo de referencial para programas desenvolvidos por outros estados e pelo próprio Ministério da Cultura.

Tal desempenho conferiu ao titular da Pasta da Cultura do Estado do Paraná, Fernando Ghignone, o privilégio de representar o Paraná na Presidência do mais importante colegiado, o Fórum Nacional de Secretários de Cultura. Lembro que o Secretário já dirigiu esta mesma instituição na qualidade de Secretário Geral por duas gestões e foi fundador do Fórum ao lado de José Aparecido de Oliveira, Darci Ribeiro, Flávio Bandeira de Melo.

Vejo pois a repercussão deste programa de trabalho reconhecido pelos órgãos de cultura dos diversos municípios do Paraná e pelos Governos Estaduais. Ao mesmo tempo

lamento a desinformação daqueles que h estão mais preocupados com os seus problemas pessoais e não entendem a importância da consolidação deste amplo programa, pioneiro em nosso Estado e no País."

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Concedo o aparte, com satisfação, ao Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Agradeço prezado Deputado Tadeu Lúcio Machado, e nós ontem recebemos na reunião da Bancada do PMDB, a presença de Secretário da Cultura e do Esporte, Fernando Ghignone, quando ele diante da maioria dos Deputados do PMDB prestou alguns esclarecimentos à nossa Bancada.

E a Bancada, depois de ouvi-lo, entendeu que, na realidade, trabalha a Secretaria da Cultura e do Esporte, ainda com um orçamento muito reduzido, 0.7, do orçamento do Estado. Muito aquém, evidentemente, das necessidades que têm esta Secretaria. E ainda, nós encontramos, e é bom que se saliente, uma Secretaria da Cultura e do Esporte, com as portas arrombadas, quando José Richa assumiu o Governo do Paraná, em 1983; tanto é verdade que o Relatório da CPI da Corrupção, realizado aqui nesta Casa, e aprovado ainda ontem na sua Redação Final, teve como ponto de destaque esta CPI justamente os envolvimentos ilícitos ocorridos dentro da Secretaria da Cultura e do Esporte.

Até entendo, a preocupação do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, em preservar a moralidade pública do Estado do Paraná; aliás, esta tem sido a nossa preocupação, tem sido a preocupação também do Governador José Richa e, por isso mesmo, é que eu o cumprimento pelo pronunciamento que realiza neste instante.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o incorporo ao meu pronunciamento e ouço com satisfação o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Primeiro, ilustre Tadeu Lúcio Machado, para lhe dizer que não sou eu o Deputado "teleguiado" do 1.º Secretário deste Poder; não sou eu o Deputado subserviente que oferece pareceres ao talante dos interesses dos grupos que Vossa Excelência rodeia com o seu servilismo e a sua bajulação, para depois dizer-lhe que, quando Vossa Excelência fala em manipulação de verbas e não especifica os nomes, Vossa Excelência incorre em um crime previsto no Código Penal, porque nesta Assembléia e neste Parlamento foi feita uma CPI da Corrupção, e se Vossa Ex-

celência não denunciou estes fatos que agora denuncia de manipulação indevida de verbas, Vossa Excelência cometeu alguns crimes, um deles é o de omissão e de relaxamento.

Gostaria ainda de dizer que faccioso não é o Deputado Osvaldo Alencar Furtado quando assim se pronuncia. Faccioso é o Deputado quando não lê os manifestos dos artistas do Paraná dirigidos ao Governador do Paraná e ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte. Isto sim é facciosismo quando não se quer ouvir a verdade. Facciosa é uma Bancada que não aceita a convocação do Secretário para debater aberta e democrática e publicamente os interesses e as dúvidas que envolvem a Secretaria da Cultura e do Esporte. Faccioso, Deputado Lúcio Machado, é exatamente uma Bancada que se reúne às portas fechadas e impede que os assessores do Deputado Osvaldo Alencar Furtado compareçam da mesma forma que os assessores do Secretário da Cultura e do Esporte ali compareceram. Faccioso também é dizer que ali também estavam presentes a maioria dos Deputados da Bancada do PMDB, porque quando de lá me retirei apenas cinco ou seis Deputados ali se encontravam.

Faccioso, Deputado Tadeu Lúcio Machado, é exatamente esconder a verdade. E não sou quem afirma, é o Sindicato que, em assembléia geral, disse que o Secretário era um ditador, era um tirano e não aceitava o diálogo. E quando Vossa Excelência diz, Deputado Tadeu Lúcio Machado, que alguns deixaram os cargos por corrupção, é interessante esta sua afirmação, Deputado Tadeu Lúcio Machado, porque se alguém deixou função por corrupção, são exatamente aqueles que privam da amizade do Governador José Richa que com ele atravessam até altas caladas da noite nos divertimentos que todos nós conhecemos.

Se alguma pessoa da Secretaria da Cultura e do Esporte foi exonerada por corrupção, o povo do Paraná deveria saber, o povo do Paraná e a Polícia do Paraná deveria ter tomado conhecimento. Se o Governador José Richa, se o Secretário da Cultura e do Esporte não denunciou o corrupto é porque foi conveniente com ele e é porque foi omissão com a corrupção, é porque se serviu talvez dessa corrupção. Eu desafio, Deputado Tadeu Lúcio Machado, a Vossa Excelência dizer o nome das pessoas corruptas que foram exoneradas da Secretaria da Cultura e do Esporte. É um desafio que faço a Vossa Excelência para Vossa Excelência, quando for "teleguiado" de alguém, vir documentado com provas e fatos, como até em fotografias eu tenho aqui para Vossa Excelência não dizer que não tem face um movimento faccioso como Vossa Excelência falou de resistência democrática em

prol da cultura do Paraná. Até fotografias de jornais, e se Vossa Excelência não lê os jornais publicados no Paraná, não tenho culpa e se a pessoa que redigiu o seu pronunciamento também não os lê, eu também não tenho culpa. Mas até fotografado está. É bom, ilustre Deputado, que as verdades sejam proclamadas e vou ler, inclusive um Artigo, se Vossa Excelência me permite. Eu sei que o aparte tem que ser breve e cortês, mas como Vossa Excelência não foi cortês comigo, eu também não o serei.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Só solicito que Vossa Excelência despeje sua ira com rapidez.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado- A minha ira não supera o fel da Vossa servilidade.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Então seja rápido, ilustre Deputado, porque Vossa Excelência está prejudicando o meu pronunciamento.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Direi o nome do jornal: "Jornal Opção Cultural". Texto assinado embaixo. Não sou eu, Deputado "Secretário da Cultura e do Esporte do Paraná Fernando Ghignone, não tem autoridade moral e política para participar de Conselho Curador de coisa alguma, muito menos para falar em nome do Paraná sobre o apoio do Estado e das empresas à cultura, pois como Secretário de Estado da Cultura e do Esporte não tem nenhum prestígio dentro do próprio Governo". Os fatos comprovam esta afirmativa e aqui vem a decada anual das verbas recebidas pela Secretaria, porque não lerei, porque já o fiz da tribuna da Assembléia.

Mais adiante, ele diz: "No primeiro orçamento do Governo do PMDB foi diminuído o percentual para menos de 0,8, com o agravante de ser para a Cultura, Esporte e Turismo. Em 85, a verba continuou caindo, desta vez para menos de 0,7% do Orçamento, patenteando o fracasso e a incompetência do Secretário, pois entre quinze Secretarias de Estado ficou com o 13.^o lugar em importância para o apoio do Estado. No atual Orçamento de 86, o ditador, carrasco-mor Fernando Eugênio Ghignone, alimenta uma agonizante Secretaria da Cultura empurrando-a mais degraus abaixo, pois o Orçamento é de 0,6%, permanecendo nos últimos lugares.

Pior do que a gradual queda do Orçamento do Estado para a Secretaria da Cultura, é a destinação de recursos para o gabinete do Secretário e ao invés de atender ao desenvolvimento de atividades culturais de apoio aos produtores culturais e ampliação de oportunidades, são destinados demagogicamente. Os recursos são usados

para que pessoas e grupos apoiem Fernando Chignone em suas proteções pessoais, da mesma forma são ocupados os cargos públicos de dirigentes da cultura, em sua maioria preenchidos por cabos eleitorais incompetentes, subservientes à vontade do chefe".

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Respondendo, quando Vossa Excelência me acusa de subserviente do 1.º Secretário deste Poder, eu não digo que me honra esta acusação, porque não me cabe a pecha de subserviência. Eu sempre tive passos próprios, idéias próprias e conduta própria. Apenas sou um homem democrático, que acredito, como acreditaram 57 Deputados deste Poder, de todos os Partidos, que elegeram Anibal Khury um homem responsável para gerir a Assembléia Legislativa neste último biênio dessa Legislatura.

Se Vossa Excelência tem algum problema pessoal com o nobre Deputado Anibal Khury, não é a verdade, não é o mesmo que a maioria dos Deputados que o respeitam pelo seu passado de luta, pelo trabalho que ele dedicou ao Paraná ao longo desses anos, e somente foi Vossa Excelência voz destoante da atuação do Deputado Anibal Khury, porque Vossa Excelência nunca teve conduta própria, porque Vossa Excelência sempre foi teleguiado, porque Vossa Excelência nunca teve comportamento partidário, porque Vossa Excelência nunca respeitou as decisões de Bancada, porque Vossa Excelência sempre quis os benefícios de ser Governo, mas nunca assumiu o ônus de ser Governo.

Vossa Excelência não respeita bem sequer a vida individual, a vida privada do Excelentíssimo Senhor Governador José Richa. Chega de baixaria de criticar a sua individualidade, depondo contra todo este Poder.

Ora Deputado, que esta Assembléia Legislativa, que a Presidência desta Casa faça se exungir das notas taquigráficas, acusações tão levianas que Vossa Excelência fez ao seu senhor que lhe serviu tanto, durante tanto tempo como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência pode assegurar, pela ordem, porque este não está no Regimento Interno da Casa.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Vossa Excelência só teve coragem de mudar de Partido, Vossa Excelência para seguir a orientação do vosso irmão, porque senão, estaria aqui nesta Casa, recebendo as benesses do PMDB,

e criticando o Governo do PMDB.

Sou teleguiado, Deputado, sou subserviente, mas sempre tive coerência. Quando fui Oposição nunca pisei no Palácio Iguaçu, nunca pisei no Palácio Iguaçu, nunca visitei o ex-Governador Ney Braga. Não conhecia nem sequer o saguão de entrada do Palácio Iguaçu.

Vossa Excelência fez oposição sistemática e doentia ao Governador José Richa. E quantas vezes não participamos juntos de reuniões no gabinete do Governador, quando Vossa Excelência chamava a si o direito de nomear os seus afilhados, de arrumar emprego para os seus afilhados, para depois criticar o mesmo homem que beneficiava!

Para ser político é preciso ter autenticidade. Para ser político é preciso ter posições. E eu sou subserviente. A minha bancada é subserviente. Mas, entre subserviência e autenticidade, Deputado Alencar Furtado, o caminho é longo e difícil de transpor.

Seja Oposição com dignidade, mas não vá buscar benefícios no Palácio. Seja Oposição como fui eu seja Oposição como foi meu pai, Benedito Lúcio Machado, que foi preso 27 dias. Ficou no holocausto triste do Ahu, apelidado de comunista, de agitador, de subversivo. Mesmo assim a sua voz não se calou nunca desta tribuna! E mesmo assim ele nunca foi aos gabinetes palacianos, ou pedir benesse.

Seja Oposição, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, como foi o Dr. Valter Alberto Pecoits, que teve seu olho vasado pelos canos de revólver da ditadura. Mesmo assim não se dobrou aos detentores do Poder. Seja Oposição, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, com autenticidade, com respeito e, acima de tudo, com dignidade.

Por isto, não sou advogado constituído do nobre Deputado Anibal Khury. Sou e faço questão de frisar desta tribuna, deste púlpito sacrossanto da democracia, sou um admirador do passado de luta política do Deputado Anibal Khury, e prefiro, Deputado Osvaldo Alencar, continuar seguindo Anibal Khury e Walter Pecoits, respeitando a memória de Benedito Lúcio Machado, a perder a autenticidade e ser apenas mais um homem à procura da troca de favores.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Bancada do PCB.

Com a palavra o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Depois de 45 anos sem poder fazer uso da palavra, eu creio que o senhor entende a nossa posição de ocupar a tribuna deste Poder.

Já que se fala tanto em cultura nesta tarde, nós gostaríamos de lembrar aos Senhores Deputados que em julho deste ano, mais propriamente, entre 9 a 16 de julho, realiza-se no Paraná a 38.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência. Ou seja, milhares de pesquisadores, estudantes, homens e mulheres da ciência e da cultura de todo País estarão durante 10 dias trabalhando, debatendo e contribuindo para que a cultura e a ciência também do Paraná, cresçam e se fortaleçam.

Em 1985, em Belo Horizonte, 15 mil estudantes e professores, intelectuais e cientistas realizaram a 37.^a Reunião Anual da SBPC.

É notório a história da ciência, da cultura nacional a contribuição que a SBPC vem dando através não só das suas reuniões anuais, mas através das suas publicações dos seus encontros e seus congressos.

A conquista pelo Estado do Paraná de sediar a 38.^a reunião é fruto de 4 anos de uma luta intensa de disputa de outros estados da qual participou este Poder.

A Assembléia Legislativa do Paraná há 3 anos que vinha se manifestando oficialmente, juntamente com o Governador do Estado, a Secretaria de Educação, Cultura, Saúde especialmente e Planejamento, e junto à Secretaria Regional da SBPC no Paraná, nas disputas que anualmente se dava pelo local do próximo congresso.

Estamos há pouco mais de 60 dias da realização deste evento.

Todos sabemos e o orçamento da Secretaria de Cultura e Esporte exemplifica isto, o 0,7%. Sabemos da precariedade que se desenvolve hoje no Paraná e não é só hoje, é fruto de uma história que se sucede com que a área cultural e a área científica vem trabalhando.

A importância, portanto, de que as Senhoras e os Senhores Deputados deste Poder dediquem espaço no seu campo de atuação, no sentido de imobilizar, estimular aqui, nas várias regiões do Paraná, se organizem as caravanas de paranaenses, com vistas a participar da 38.^a reunião que se estima, com a presença de vinte mil professores, cientistas, estudantes de todo o País, venha a ter a ressonância necessária.

Uma ciência e uma cultura, verdadeiramente voltada aos interesses nacionais e cada vez mais aos interesses populares só será uma realidade em nosso País, na medida em que elevarmos o nível dos nossos debates, também no campo da política partidária, da política parlamentar.

Não há como, Senhor Presidente, Senho-

Curitiba, quinta, em 10.04.86

ras e Senhores Deputados entender que o Paraná venha a conquistar também no campo da cultura e da ciência, a projeção que merece se permanecermos sem aproveitar devidamente as oportunidades que acontecem e a 38.^a reunião anual em julho próximo aqui em Curitiba, é um momento que não se repetirá seguramente pelos próximos dez anos.

Responsabilidade do meio científico e cultural paranaense? Sim. Responsabilidade da comunidade universitária paranaense? Sim, mas também responsabilidade deste Poder e dos seus integrantes.

Hoje, os jornais, especialmente a "Folha de Londrina", registra a paralização de professores e funcionários da Universidade Estadual de Maringá e registra o anúncio da assembléia geral que amanhã se realiza em Londrina. Ontem, a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, reunida com a presença de representantes dessas duas Universidades, discutiu a sua pauta de reivindicações, concordou e apoiou, entendendo como justas, na medida em que professores das Universidades Estaduais do Paraná, juntamente com bancários, petroleiros e algumas outras categorias funcionais do País, foram realmente prejudicadas pelas circunstâncias com que o pacote econômico, no que diz respeito a questão salarial, veio a implantar.

Os professores e servidores presentes à reunião de ontem, fizeram questão de registrar a sua posição política de apoio ao pacote, mas no momento, na medida em que os reajustes salariais dessas categorias estavam previstos para este mês, é inegável a perda salarial que passam a ter, com isso vêm com a reivindicação e aí também presentes os conselhos de administração, tanto da Universidade de Maringá, como da de Londrina, presentes na reunião da Comissão de Educação de ontem.

Portanto, tanto as administrações universitárias, como movimentos docentes de servidores dessas universidades, unidos, a partir de ontem com a Comissão de Educação desta Casa, na solicitação de que o Governador do Estado suplemente o orçamento das instituições universitárias referidas, com vistas a permitir a conquista de garantir que não percam salários nesta fase em que se vive.

Salientando que esta suplementação inclusive, só se daria no mês de novembro este ano, e que se trata de uma providência, de um desembolso imediato do caixa do Tesouro Estadual. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ocupamos nesta tarde a tribuna, pelo Horário da Liderança do Partido Comunista Brasileiro, para dizer que, com a decisão de se conceder legalmente o piso de 2.2, esperamos que a mensagem chegue amanhã neste Poder.

Parcialmente, resolve-se, mesmo que

momentaneamente a questão instalada na semana passada, resta no entanto a questão cultural educacional no plano das Universidades Estaduais; o necessário encaminhamento; o devido encaminhamento. Esperamos que a decisão do Senhor Governador seja da suplementação em termos preventivos, com vistas a que se evite a paralisação e a greve nas Universidades Estaduais do Paraná, novamente, já que no ano passado, no ano retrasado, episódios semelhantes se deram. E retomando, voltando a afirmar a importância da participação dos Senhores Deputados, não só durante a 38.^a Reunião Anual da SBPC, de 9 a 16 de julho, mas, desde já, juntos com as comunidades universitárias, cientistas, intelectuais, movimentando, estimulando a que se preparem, que venham a Curitiba, na 38.^a Reunião. Tenho certeza que será um momento importante, ainda mais no ano eleitoral, que permitirá uma oxigenação maior do meio científico-cultural paranaense, com vistas a seu crescimento, e com vistas a contribuir decisivamente para a cultura e a ciência nacional.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Representação do Partido da Frente Liberal. (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PDT.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, considerando que o PMDB, na sessão de ontem, rejeitou o requerimento do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, através do qual convocava para comparecer a esta Casa o Secretário da Cultura e do Esporte, sonegando desta forma, dos Senhores Parlamentares, o direito de argüir o Secretário, tal qual acontecera recentemente com um requerimento de autoria deste Deputado, convocando o Senhor Secretário das Finanças na Liderança, ou no Horário da Liderança do PDT, nós concedemos este espaço ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, para que discorra sobre o assunto que moveu o requerimento de Sua Excelência quanto à convocação do Secretário da Cultura e do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa indefere a solicitação do Deputado Airton Cordeiro. O Líder de cada Bancada só pode delegar poderes aos seus liderados. Entretanto, reserva o horário para EXPLICAÇÕES PESSOAIS ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Pela Ordem) Eu gostaria que Vossa Excelência adotasse uma postura de absoluta coerência, porque

em outras sessões, a Presidência desta Casa, por liberalidade ou não, permitiu que o Horário da Liderança de um Partido fosse utilizado por Parlamentares de outros Partidos. Eu apelo a Vossa Excelência, ao espírito democrático de Vossa Excelência, que foi há pouco tão exaltado pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado, a fim de que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado possa se utilizar do espaço do PDT, para se pronunciar, já que não teve o direito de responder, como gostaria, o pronunciamento do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa continuar indeferindo a sua solicitação, porque não quer considerar o Deputado Alencar Furtado, "teleguiado" de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu peço a palavra, em nome da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Quero, primeiramente, lamentar a decisão da Mesa, particularmente da Presidência da Mesa...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - ... considerando os precedentes que foram

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Deputado Airton Cordeiro, gostaria de solicitar um aparte, já que Vossa Excelência havia feito a deferência de nos oferecer o seu horário, o horário do seu Partido, que nos concedesse, prioritariamente, o seu aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Vossa Excelência terá prioridade, até porque quando assomávamos a tribuna, Vossa Excelência já com um gesto, nos solicitava um aparte, antes do eminente Deputado Nestor Baptista. Mas, não quero deixar de lamentar, antes, a decisão da Presidência da Casa. Dois pesos e duas medidas, este é o princípio democrático do PMDB, do Paraná.

Concedo o aparte ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Nestor Baptista - Agradeço, Senhor Deputado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Deputado Airton Cordeiro, gostaria de invocar, primeiro de tudo, o testemunho de Adalci Araujo, membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte, e da Associação Interna-

cional de Críticos de Arte, e Professora Titular de História da Arte, da Universidade Federal do Paraná.

Invoco o testemunho desta competente profissional, que, em artigo publicado na "Gazeta do Povo", precisamente no dia 30 de março de 86, expressava-se, inicialmente, da seguinte forma: - "Com muito sigilo muita pressa em mostrar serviços numa área, com a qual não se preocupou à altura, nestes dois últimos anos, a direção do Museu de Arte Contemporânea do Paraná, na qual inclui-se, naturalmente, o seu Conselho, está montando a Exposição, Catálogo de um Panorama de Arte Paranaense, desde a Pré-História até a Arte Contemporânea". Foi taxativa, não se preocupou à altura nestes dois anos! Mais à frente diz: - "Com isto a Direção do Museu de Arte Contemporânea comprova ser marinho de primeira viagem, sem qualquer espécie de noção de como se organiza uma Exposição de grande porte, baseada numa infra-estrutura de apoio de, pelo menos, um ano de trabalho intensivo".

Estas são palavras de uma das maiores especialistas e Professora de Arte Contemporânea do Paraná, e vem ao encontro, exatamente, do nosso pronunciamento. E, quando o Deputado Tadeu Lúcio Machado, dizia que nós éramos teleguiados, dizia, e ele assumia que ele sim era teleguiado e se vangloriava de não ser, devo dizer que a nossa orientação está estribada numa classe de trabalhadores, na seriedade desta classe, que não tem sido ouvida pelo Senhor Secretário da Cultura e Esporte, que tem buscado o diálogo e não tem encontrado! A minha argumentação se fundamenta, prioritariamente, no sacrifício porque tem passado estes artistas paranaenses, e vem a Secretaria de Cultura, através do seu Secretário, nos descaminhos da incompetência e de atos arbitrários e ditatoriais, denunciados em documento público.

Não fazemos leviandades como faz o Deputado Lúcio Machado, ao dizer que nós sempre pretendíamos ser homens de Governo, pretendíamos ser homens de Governo, sim, como todo político, quando deseja e sonha construir uma sociedade justa, ele deseja ter o Governo nas mãos para administrar o bem comum, mas não para entregar à impúria e à incompetência de um homem que após 20 anos de compromissos selados com a sociedade paranaense e brasileira, venha instalar a injustiça social, depois de 20 anos de combate a todas as injustiças, jurídicas e sociais, e, em parênteses devo dizer que o mérito não é do pai do Deputado Tadeu, unicamente, o mérito é da sociedade brasileira como um todo que residiu na trincheira da Democracia contra o império do arbítrio! Mas, não sou eu quem afirma em leviandade os atos públicos do

Curitiba, quinta, em 10.04.86

Governador, é o seu preposto. Deputado Valmor Giavarina, que em notícia publicada e veiculada nos jornais, disse que o apelido do Richa era de "Zé Bobeira". Não sou eu quem levemente afirma, são os alunos, que, na "Folha de Londrina", e os universitários de Jacarezinho, em reportagem recente, sobre o Colégio Cristo Rei, onde o Richa estudou; contaram ex-alunos que o Richa mentia para os colegas que não tinha recebido mesada e pegava dinheiro dos colegas do Colégio. Igualmente, Richa era grande jogador, inveterado.

O Sr. Nestor Baptista - (Pela Ordem) -

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Pela Ordem) Solicito, Senhor Presidente que assegure o direito...

(TUMULTOS, DISCURSOS PARALELOS)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa lamenta a falta de ética do Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Não há falta de ética alguma.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência está se comportando aéticamente. E eu não estou aqui usurpando a Presidência. Está com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - (Fala sem microfone, conversas paralelas).

O SR. AIRTON CORDEIRO - Não há absolutamente falta de ética, há isto sim, facciosismo de Vossa Excelência. Falta de ética faltou Vossa Excelência quando acusou o Deputado Alencar Furtado de ser teleguiado neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Vossa Excelência age arbitrariamente, Senhor Presidente.

Eu apelo o bom senso de Vossa Excelência.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - (Fala sem microfone, conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa não vai responder a Vossa Excelência, mas em consideração a seu irmão, que é um homem digno e leal.

O SR. NESTOR BAPTISTA - O Artigo 145 do Regimento Interno, Senhor Presidente, diz que o aparte tem que ser breve e côrtes, o Deputado Ailton Cordeiro voltando ao

seu tempo de primário, de bagunça primária, e da bagunça que ele organizou na Arena e no PDS, usando como boneco de ventríloquo o meu companheiro Deputado Osvaldo Alencar, erroneamente cede o horário do PDT, e por uma liberalidade da Mesa, e tenta criar toda essa balbúrdia, desrespeitando inclusive a Presidência de Vossa Excelência. A Bancada do PMDB não vai admitir, Deputado Airtton Cordeiro, a sua estripulia, a sua irresponsabilidade neste Plenário, o seu desrespeito neste Plenário e a imoralidade que Vossa Excelência acobertou na Arena, acobertou no PDS e que agora está voltando, pelo menos tentando voltar.

Senhor Presidente, se faltarem com o respeito ao Governador do Estado, a sessão não terá seqüência porque vou tumultuá-la também, como o Deputado da estripulia Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Vossa Excelência é especialista nisso. Não é de hoje. (Tumulto).

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência não teve nem a responsabilidade de falar um pronunciamento baseado em dados, Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrado o Horário da Liderança, a Mesa concede mais dois minutos a Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que recomponha a ordem no Plenário. Em primeiro lugar, Senhor Presidente, tenho dedicado a Vossa Excelência o respeito pessoal e parlamentar, Vossa Excelência sabe muito bem disso. No momento em que nós concedíamos o espaço da Liderança do PDT, ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, Vossa Excelência afirmou que o horário não podia ser concedido a um teleguiado deste Deputado. Lembre Vossa Excelência desta assertiva.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência ouviu errado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Absolutamente, estão aí as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa afirma e reafirma que diz o seguinte: Que o Regimento Interno não permite que o Líder não conceda a palavra a não ser a um seu liderado; e que ia deixar de usar dessa liberalidade, porque não queria considerar ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, como seu teleguiado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Então Vossa Exce-

lência, em outras palavras, diz a mesma coisa colocando no condicional. Agora, quero apelar a Vossa Excelência para que use um critério uniforme para todas as decisões. Vossa Excelência interrompeu abruptamente... Um pronunciamento feito no Horário da Liderança do PDT.

Ao orador que se encontra na tribuna, compete permitir ou não, que o aparte, se estenda por 30 segundos, 2 minutos, 3, 4 ou 5, é faculdade do orador que se encontra na tribuna. Não tenho culpa se faltou competência à Liderança do PMDB para se utilizar do seu horário, do qual abdicou; podendo fazê-lo, e inclusive, para ir em socorro ao Deputado que, no Grande Expediente, defendia o Governo do Estado.

Não quero que sejam absolvidos os gestos errados, com gestos errados renovados, por decisões também novas. Apelo portanto, à Presidência da Casa, e quando me reporto à presença do Deputado Nilso Sguarezi neste Plenário, é porque nós Deputados elegemos Sua Excelência para ser o Presidente deste Poder; e confesso que me sinto mal, inclusive, ao dirigir essas palavras ao 1.º Secretário, que está presidindo a sessão, quando esta, é uma atribuição do Presidente, que se encontra no plenário. Logo, em condições de assumir a Presidência, para a qual foi eleito pelo voto dos Senhores Deputados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós queremos deixar muito claro, que a Oposição vem sendo massacrada desde o início desta Legislatura, pelo PMDB que majoritário no Poder, não só não se conforma...

(Discussões paralelas...)

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que desconte o horário que foi usado indevidamente, pelo Deputado Nestor Baptista, que apenas quis criar a balbúrdia, na qual está acostumado a viver, neste Plenário. Isto nós não admitimos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado Airtton Cordeiro, o horário é improrrogável, e a Mesa concedeu 2 minutos, já estamos 3 minutos e meio.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu pedi do Horário da Liderança do PDT, Senhor Presidente, mais de 5 minutos, com a discussão histórica provocada pelo Líder do PMDB. Eu apelo a Vossa Excelência que devote aos Senhores Parlamentares, o respeito que eles merecem, com igualdade.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Vossa Excelência faltou com o respeito ao Presidente da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Vossa Excelência, Senhor Deputado Airton Cordeiro, eu sempre o considerei, porque Vossa Excelência sempre me considerou. Espero que isto continue. Na exaltação das suas palavras, Vossa Excelência está se excedendo.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Isto aqui, não é uma casa escolar.

O Presidente assume o trabalho a hora que quiser, ou o 1.º Vice, o 2.º Vice, e, infelizmente, eu tive que iniciar a sessão porque o Presidente estava despachando no seu gabinete.

O SR. AIRTON CORDEIRO - E agora está no plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Bom, isto é um problema do Presidente.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Bem, é um problema do Poder.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu acho que isto é aético de Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA - É um inspetor que está determinando, Senhor Presidente, que o Presidente reassuma sua função. Acostumado com a ditadura, com a inspeção, com a inspetoria, com a força, deseja isto.

Quanto aos apartes menciona o Artigo 78, o seguinte, Senhor Deputado: para partear um colega, o Deputado deverá solicitar-lhe a palavra; não serão admitidos apartes, e o Deputado poderá apartear sentado, em termos breves e cortês.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo mais dois minutos a Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço a Vossa Excelência que está homeopaticamente restabelecendo a ordem neste plenário. Agradeço a Vossa Excelência.

E quero dizer, Senhor Presidente, que concederei os dois minutos restantes ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado para que conclua o seu aparte.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Agradeço penhorado ao ilustre Deputado Airton Cordeiro até porque não pretendia deixar no ar as acusações mentirosas que foram assacadas contra mim; quando o Deputado Tadeu Lúcio Machado diz que eu reivindicava empregos para os meus afilhados, é uma inverdade e uma calúnia.

Se há um Deputado desta Bancada do PMDB que desde as primeiras horas não se

calou e não votou em atos considerados por ele contrários ao programa do meu Partido, foi este Deputado. Votei contra o aumento das taxas do DETRAN que o PMDB todinho aplaudiu; votei e disse sim, na reunião da Bancada, ao Governador José Richa que votaria contra o aumento do ICM porque era mais um achaque ao bolso do trabalhador brasileiro; e fui eu, mais uma vez também, o único Deputado do PMDB que registrou o voto nos Anais deste Poder porque não poderia votar contra o programa do meu Partido que prevê, textualmente, que o combate à diminuição do ICM de 16% para menos, até mesmo a sua extinção, é o PMDB, com os dez Governadores em São Paulo, se reuniu para trair o Paraná e o Brasil, aumentando o ICM de 16 para 17%. Foi este Deputado primeiro a denunciar e dizer: "vá de retro satanás" ao Senhor Erasmo Garanhão quando ele era o plenipotenciário, ditador econômico do Paraná; foi este Deputado que desta tribuna do PMDB se levantou para dizer que ele era um incompetente, um imoral e um corrupto.

Não é somente agora que eu levantei a minha voz contra o Governador José Richa. Fui sempre um dos Deputados, e inclusive na última reunião no Palácio do Governo, fui eu e o Deputado Fiori Luiz, que dissemos ao Governador José Richa que esse assunto do "Banco Del Paraná" cheirava a podridão, fomos nós que dissemos textualmente porque o que nós pregávamos era não sermos "vaquinha de presépio", era criticar também o Governador nos seus erros para que ele acertasse mais e errasse menos.

E quando o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado - e talvez tenha se cevado das benesses do poder - acusa este Deputado, eu mais uma vez o desafio como desafiei a apontar os corruptos da Secretaria da Cultura e do Esporte que foram exonerados. Eu desafio o Deputado Tadeu Lúcio Machado a apontar um só afilhado meu, eu desafio todinha a Bancada do PMDB a indicar um só afilhado meu que tenha conseguido emprego através das benesses do poder. Este desafio deixo no ar para responder ao Deputado leviano Tadeu Lúcio Machado que, por não ter o que dizer, vem de assacar agressões e mentiras contra este Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Deputado Osvaldo Alencar Furtado, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Representação do PDS. Não se encontrando em plenário, declaro encerrado o Horário das Lideranças e do Expediente, e passamos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Senhores Deputados.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Vossa Excelência esqueceu de dar a palavra ao Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa não se esqueceu, é porque quando a Mesa concedeu a palavra à Representação do Partido da Frente Liberal, não se encontrava ninguém em plenário.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Então, esta Liderança pede desculpas a Vossa Excelência.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Solicito ao nobre Deputado Anibal Khury que registre o meu não apoio ao seu projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está devidamente registrado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 181/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a BANESTADO CLUBE S/C, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita a Sra. 1.^a Secretária que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

23 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para deliberação, só para prosseguimento de sessão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 197/85, de autoria do Deputado NILSO SGUA-

REZI, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS - VAQUEANOS DA QUERÊNCIA", com sede e foro no Município de Clevelândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 298/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 206/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Ponta Grossa, dois terrenos urbanos com as edificações neles existentes, adquiridos pelo Estado do Paraná, situados e registrados na Comarca de Ponta Grossa, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 01/86 (Mensagem n. 13/86- Ex-Proposição n. 34/86)- oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio n. 114/85, celebrado em 06.11.85, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, e a SUDESUL com vistas à elaboração de Metodologia e execução da avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 202/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JESUITAS", com sede e foro no Município de Jesuitas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 301/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que declara de Utilidade Pública a Entidade "TEMPO ESPIRITUALISTA FILHOS DE IEMANJÁ" de Curitiba, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 34/86, de autoria do Deputado FUAD NACLI e OUTROS, que dispõe que o prazo final para fruição dos benefícios concedidos pela Lei n. 8279, de 16.01.86, (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias- ICM), fica dilatado para 20.06.86, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 221/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 171/85), que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte 1 (um) cargo de Provimento em comissão de Diretor de Museu- Símbolo 1-C,

que será destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Encerrada a discussão). (Publicado no D.A. n.96, de 23.09.85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 221/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 171/85, o presente Projeto de Lei n. 221/85, tem por objetivo a criação de um (01) cargo de provimento em comissão, de Diretor de Museu, símbolo 1-C, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, destinado ao Parque Histórico do Mate.

Os arts. 25 § 1º, "b" e 47, I, da Constituição do Estado atribuem ao Governador a Competência exclusiva para iniciar o processo legislativo das leis que importem na criação de cargos.

Tendo que preencher lacuna atualmente existente, conforme apresenta a Secretaria de Estado da Cultura e Esporte na justificativa do Projeto, e, não havendo qualquer óbice legal ou inconstitucional, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
29 de outubro de 1985.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
ODENI MONGRUEL
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 221/85

PARECER:

SÚMULA: Cria Cargo de Diretor de Museu destinado ao Parque Histórico do Mate.

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n. 171/85, tem por objetivo, criar na estrutura da Secretaria da Cultura e do Esporte, 1 (um) cargo de provimento em Comissão, símbolo 1-C, de Diretor, destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, daquela Pasta.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, sobre o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão, chamada a opinar sobre o ângulo financeiro da proposição constatamos que o presente encontra-se revestido de toda as formalidades necessárias para sua normal tramitação pelos demais órgãos deste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FA-

Curitiba, quinta, em 10.04.86

VORÁVEL, opinando-se sua aprovação.
Sala das Comissões, em
07 de novembro de 1985.
(aa) ERVIN BOBKOSKI
Presidente
ERONDY SILVÉRIO
Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N 221/85

PARECER:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 171/85, tem por objetivo criar na estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, 1 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo 1-C, de Diretor de Museu, destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental da Coordenadoria do Patrimônio Cultural daquela Pasta.

Sobre a matéria em questão houve pronunciamento favorável das Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, pronunciando-se favoráveis à aprovação.

No âmbito de competência desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre as atividades de administração de pessoal, temos que seu conteúdo atende plenamente às necessidades da administração, razão pela qual somos FAVORÁVEL à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
12 de março de 1986.
(aa) PÉRICLES PACHECO
Presidente
NESTOR BAPTISTA
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 331/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO EDUCANDÁRIO BRANCA DE NEVE", com sede e foro no Município de Sertãoópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 139/85, de 05.12.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 331/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Deputado Rubens bueno, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO EDUCANDÁRIO BRANCA DE NEVE", com sede e foro no Município de Sertãoópolis.

Este projeto está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
11 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
TRAJANO BASTOS
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 303/85, de autoria do Deputado JORGE MAIA, que declara de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO ENFERMO", com sede e foro em Rio Bom. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 126/85,, de 18.11.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 303/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado JORGE MAIA, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO ENFERMO", com sede e foro em Rio Bom.

Encontra-se o procesado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria- Lei n. 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental, ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
11 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nelson de Almeida Faria, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ascânio Miró Filho, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernani Santiago de Oliveira Filho, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do ex-

pediente, solicitando voto de aplausos ao Senhor Nicolau Elias Abagge e Senhor Paulo Ricardo dos Santos, Presidente e Vice-Presidente do BANESTADO, pela adoção de medidas que possibilitam a manutenção do quadro de funcionários, daquele conglomerado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, visando a liberação de verba para a construção da Agência da mesma no Município de Ponta Grossa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Geraldo Joaquim de Melo, por ter assumido o cargo de Vereador do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando a destinação de materiais esportivos para os estabelecimentos de ensino do Município de Juranda. encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretoria Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando a destinação de materiais esportivos para os estabelecimentos de ensino do Município de Juranda. encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de fluoretação na água distribuída à população do município de Mamborê. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano na localidade de Santo Rei, Município de Nova Cantu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo aumento da cota de medicamentos para o Município de Janiópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do ex-

pediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o rio Várzea, próximo a localidade de Silviolândia, Município de Peabiru. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da BR-157, do Município de Luiziana e Mamborê. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo 24 trilhos para a construção de três pontes no Município de Roncador. encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, visando a prorrogação do prazo da Lei n. 7416, de 10 de dezembro de 1985. (Encerrada a discussão).

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo a prorrogação do prazo da Lei n. 7416, de 10 de dezembro de 1985. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja designada uma Deputada Estadual para representar esta Casa no Seminário Internacional "A Mulher e a Vida Parlamentar" que se realizará no Congresso Nacional no período de 21 a 25 de abril do corrente ano. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando seja aprovada a realização de audiência pública, em princípio dia 7 de maio próximo, pela manhã, com a participação de Deputados, Líderes Políticos e Partidários, autoridades da administração estadual, especialistas, representantes do funcionalismo, imprensa e demais interessados, para tratar sobre o projeto de lei que dispõe sobre a admissão de servidores públicos. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando votos de congratulações o Esporte Clube Pinheiros, pela conquista do primeiro turno do Campeonato Paranaense de futebol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora re-

Curitiba, quinta, em 10.04.86
gimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.s 181/85, 197/85, 298/85 e do Projeto de Resolução n. 01/86.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 202/85, 301/85, 34/86.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.s 221/85, 331/85, 303/85.

Levanta-se a sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1986
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

Às dezesseis horas e dez minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi PPugliesi, Ivan Guber, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setoquette, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-

O SR.2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 180/85, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 79/85, do Deputado Antônio Annibelli - Dá nova redação ao art. 21 e seu parágrafo único, da Lei n. 7.424, de 17/12/80. (Servidor inativo, poderá ter seus proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica). Parecer da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado em plenário.

Ofício n. DTL/120/85

Curitiba, 03 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 130/85, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 79/85, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 21 e seu parágrafo único, da Lei n. 7.424 de 17 de dezembro de 1980, para assegurar revisão de proventos de inatividade de servidores que, após aposentados, tenham exercido ou venham exercer cargo em comissão, por período de três anos consecutivos ou cinco anos alternados.

O não acolhimento ao projeto de lei em questão decorre de sua inconstitucionalidade por ferir os mandamentos constantes do art. 25, § 1º, letra c, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência exclusiva para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos e seu regime jurídico.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n. 79/85, vetado, foi publicado no D.A. n. 42/85, de 20/05/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 180/85

PARECER:

Oriundo de Veto Governamental a Projeto de Lei Complementar de autoria do nobre Deputado Antonio Annibelli que dá nova redação ao art. 21 e seu parágrafo único, da Lei n. 7.424, de 17/12/80 (Servidor inativo, poderá ter seus proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica), a presente Proposição n. 180/85 é submetida à consideração desta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando-se o aspecto legal temos:

I - que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional.

II - que os motivos do veto apresentados pelo Chefe do Poder Executivo, através do Ofício 120/85 de 03/12/85, estão fundamentados em razões de ordem constitucional.

Nestas condições, a proposição está em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente
MÁRIO PEREIRA
Relator

Em votação. Rejeitado.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Retiro a verificação de votação.

O SRA. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Verifico da Mesa se foi votado ou foi pedido a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi votado e o Deputado Nestor Baptista retirou a verificação.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

10 Senhores Deputados aprovam; 3 Senhores Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando

uma Ordinária para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 180/85.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n. 03, 04, 06, 07, 09, 16 17 e 20/86.

Levanta-se a sessão.